

SOBRE COMO TRABALHA UM ANALISTA AO COORDENAR UM GRUPO

Pablo Castanho¹

Resumo

Entendemos que o trabalho de um analista se caracteriza por um jogo entre presença reservada, interpretações e manejos. Neste artigo, buscamos caracterizar, discutir e aplicar essas três categorias à coordenação de grupos. Além dos grupos exclusivamente verbais, buscamos refletir sobre a utilização de outras estratégias grupais.

Palavras-chave: Psicanálise-Metodologia; Psicoterapia de Grupo; Dispositivo Analítico; Grupo Operativo

SOBRE COMO UN ANALISTA TRABAJA CUANDO COORDINA UN GRUPO

Resumen

Comprendimos que el trabajo de un analista caracterízase por un juego entre presencia reservada, interpretaciones y manejos. En ese artículo, buscamos aplicar, caracterizar y discutir esas tres categorías a la coordinación de grupos. Además de los grupos exclusivos verbales, intentamos reflexionar sobre el empleo de otras estrategias grupales.

Palabras-clave: Psicoanálisis-Metodología; Psicoterapia de Grupo; Dispositivo Analítico; Grupo Operativo

ON HOW AN ANALYST WORKS WHEN COORDINATING A GROUP

Abstract:

We understand the work of an analyst as characterized by an interplay between reserved presence, interpretations and non-interpretative interventions (*manejos*). On this article, we aim at applying, characterizing and discussing these three categories to group coordination. Besides verbal-only groups, we reflect upon the use of different group strategies.

Key-Words: Psychoanalysis-Methodology; Group Psychotherapy; Analytical Setting; Operative Group

¹ Prof. Dr. do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)
Instituto de Psicologia da USP – PSC. Av. Prof. Mello Moraes, 1721 – Bloco F. Sala 20. CEP 05508-030
Cidade Universitária – São Paulo – SP. Telefone: 3091-1963
E-mail: pablo.castanho@usp.br

I- Introdução

Como um analista pode atuar como coordenador de grupo? Entendemos que, tal como um psicanalista em atendimento individual, o(s) coordenador(es) de um grupo propõe(oem) um dispositivo, sustenta(m)-(n)o e intervém(êm) no processo através de interpretações e manejos. Embora representativa de nossa visão, trata-se de definição extremante abrangente que será analisada e discutida em detalhes ao longo deste artigo.

II- O trabalho de sustentação do dispositivo e a presença reservada

Figueiredo (2014), seguindo a terminologia de Donnet (2005), compreende que os frutos do trabalho psicanalítico derivam da situação analisante como um todo. Nós entendemos que essa mesma lógica se aplica às extensões da psicanálise tratadas neste texto. Mas quais as implicações disso para nosso objetivo neste texto? Ora, entendemos que o primeiro e fundamental trabalho de todo analista é instaurar e sustentar um dispositivo e que é das características e da vivacidade encarnada nesse dispositivo que emana o processo analítico.

Por vezes, a situação analisante se sustenta com o analista em silêncio, sem intervenções aparentes; por outras, a manutenção do processo da situação analisante exige a intervenção do analista. Abordaremos essa problemática por meio dos conceitos de presença reservada e presença implicada de Luis Cláudio Figueiredo (2008a, 2008b, 2009). Notemos primeiramente que a tensão se estabelece entre duas formas de presença, e não entre presença e ausência. Evidencia-se assim que ambas tratam de posições pertinentes ao trabalho do analista. É fundamental em alguns momentos que o analista possa deixar a situação analisante seguir seu curso: ela possui *momentum* próprio, desdobra-se de vários modos, e por vezes é fundamental saber dar espaço ao que nela se desdobra. Isso pode, por vezes, exigir que se identifique e se recuse a convocação explícita ou contratransferencial de intervir. Vemos, nesses casos, como há muito trabalho psíquico que se faz quando em reserva. Por exemplo, em grupo, trata-se tantas vezes de sustentar um momento de silêncio coletivo ou de resistir ao apelo sedutor de oferecer sua própria imagem para os “aplausos de uma plateia” (cabe lembrar aqui a posição do líder como portador de um ideal de Eu comum ao grupo) (FREUD, 1921/1999). Por outro lado, é ainda importante sublinhar que esses momentos de reserva desempenham um papel fundamental na economia psíquica do analista, permitindo-lhe guardar energias necessárias para quando a presença implicada é convocada.

Não devemos, portanto, restringir o trabalho do analista, ou do coordenador de grupo, às suas intervenções. Cremos que os trabalhos de Figueiredo sobre a presença reservada se aplicam perfeitamente à coordenação de grupos. Não vemos assim a necessidade de aprofundar esse tema dentro do caráter introdutório deste texto, por mais importante que o consideremos. Seguiremos com a discussão focada sobre essa outra face da moeda de nosso trabalho, a saber: como exercemos nossa presença implicada na coordenação de grupos?

III- A presença implicada ou as intervenções do analista frente ao grupo

De fato, do mesmo modo que uma intervenção como atuação contratransferencial pode prejudicar o desenvolvimento da situação analisante, a ausência de intervenção é em alguns momentos desastrosa. Como pensar essas intervenções e suas possíveis formas é o objeto do restante deste artigo. Abordaremos esse problema por duas rubricas extremante amplas: a *interpretação* e os *manejos*. Constatemos que a distinção entre os dois termos emerge da história da

psicanálise, em uma tentativa de organização e compreensão de fenômenos que se interpenetram. Assim, um manejo pode gerar efeitos interpretativos, e uma interpretação comporta elementos não interpretativos indissociáveis e necessários à sua efetividade. Não se trata portanto de uma distinção absolutamente exata e sem contradições, mas ainda assim (e, quem sabe, por isso mesmo?) ajudamos a organizar o pensamento e o discurso ao falarmos de técnica em psicanálise.

A) A interpretação

Iniciamos nosso tema abordando a questão da interpretação. Laplanche e Pontalis (1967/1986, p. 319) afirmam que: “A comunicação da interpretação é por excelência o modo de acção do analista, e por isso o termo ‘interpretação’, usado de forma absoluta, tem igualmente o sentido técnico de *interpretação comunicada* ao paciente”. Ainda que esse sentido técnico do termo interpretação predomine na psicanálise, Anzieu (1970/2009) sublinha que, em Freud, a comunicação de uma interpretação implica sempre a atividade de interpretação (*Deutung*) no analisando e no analista. Portanto, a interpretação como técnica está subordinada ao trabalho constante da *Deutung* e precisa ser entendida na contribuição que presta, dentro do contexto da situação analisante, ao trabalho da *Deutung* no paciente. Esse reconhecimento da operação constante da *Deutung* em cada sujeito tem consequências tanto para a clínica individual quanto para o trabalho com grupos.

Na clínica grupal, Kaës enfatizou essa dimensão do trabalho constante e polifônico da *Deutung* em vários momentos (por exemplo em KAËS, 1994). Nesse sentido, todos no grupo atribuem significado e interpretam continuamente a si próprios, seus semelhantes e seus objetos em comum. Aqui, um fenômeno muito conhecido por todos que trabalham com grupos em diferentes referenciais: o grupo possui grande potencial para um trabalho de ressignificação. As falas ditas no grupo se cruzam e seus significados são passíveis de mudança, podendo ser retomadas pelo sujeito que as emitiu depois de transformadas fora de si. Não raro, um participante regular do grupo, independentemente de sua formação, oferece uma construção de sentido sobre o que se passa que se assemelha ao que poderia ter sido dito pelo analista como interpretação. Pichon-Rivière (1985/2007) chamará o membro que faz isso de um copensador, deixando claro que a função interpretante não é exclusiva do coordenador do grupo. Anzieu (1972) comenta sobre as interpretações que os membros do grupo se dão uns aos outros.

De todo modo, é evidente que a comunicação de uma interpretação pelo analista ocupa um lugar especial na teoria sobre toda situação analisante. Entre outras coisas, por que ela é pensada e utilizada com o objetivo de produzir certos efeitos na atividade interpretativa (*Deutung*) de quem o ouve. Podemos, por isso mesmo, nos deter sobre alguns aspectos de sua formulação.

Ao pensarmos sobre o formato das interpretações do analista, podemos argumentar que ela pode ser feita de muitos modos diferentes, alguns dos quais pareceriam não possuir a estrutura de uma interpretação psicanalítica à primeira vista. Ora, essa é precisamente a posição de Eissler (1958) através do que denomina pseudoparâmetros. Com esse termo, o autor expressa a ideia de que várias intervenções, tais como perguntas, chistes, repetição de algo que o analisando tenha dito etc., poderiam ser expressas na forma de interpretações. Vejamos um exemplo do raciocínio do autor:

[...] se perguntamos a um paciente que nunca fala da relação entre seus pais sobre esse assunto, a questão poderia ser transformada na seguinte interpretação: “você nunca menciona nada sobre como seus pais se relacionavam, você tenta evitar esse tópico; deve haver um desprazer associado a falar sobre isso, e portanto isso não aparece como parte de seu discurso.” (EISSLER, 1958, p. 222-223. Nossa tradução)

Vale salientar que Eissler reconhece a utilidade desses pseudoparâmetros, sobretudo como formas de driblar defesas dos pacientes e que por isso mesmo não sugere que sejam substituídos por intervenções no formato linguístico de interpretações. De todo o modo, ao utilizarmos a noção de pseudoparâmetros, logramos classificar um conjunto distinto de intervenções como pertencente ao campo das interpretações. Apesar de não estarmos em condições de propor uma lista completa, para que se tenha uma ideia da pluralidade do que julgamos ser pseudoparâmetros no trabalho com grupos, poderíamos incluir neles o que Graciela Jasiner (2007/2008, p.180) nomeia de sinalizações, pontuações, descrições, conjecturas, destaques, explicações, comentários, chistes e fechamento de encontro. Ressalvando-se que alguns desses termos poderiam indicar também manejos, dependendo de como os compreendemos e utilizamos.

1) *O que e para quem se interpreta nos grupos?*

O que vimos até aqui sobre a interpretação se aplica integralmente à situação de grupo. Mesmo em termos formais, a interpretação comunicada em situação de grupo se aproxima da interpretação da prática individual. Em seu texto sobre a função interpretante do monitor de grupo, Anzieu afirma:

[...] as *regras formais* da interpretação no tratamento individual [*la cure*] se aplicam também às situações de grupo. A interpretação “deve ser exata, oportuna, medida, densa, clara, concisa, concreta, vivaz sem ser sedutora, mais sugestiva do que exaustiva”. (ANZIEU, 1972, p. 209. Nossa tradução)

Por outro lado, é evidente que questões novas são colocadas no contexto do grupo. Em especial a problemática da presença simultânea de mais-de-um-outro.

Frente a essa pluralidade, a existência dos espaços psíquicos comuns e partilhados no grupo constitui os nódulos privilegiados sobre os quais as interpretações devem intervir. Ezriel (apud ANZIEU, 1972) propôs duas regras da interpretação em situação de grupo, plenamente corroboradas por Anzieu: 1) as interpretações são feitas sobre o aqui e agora do grupo; e 2) as interpretações são dirigidas ao grupo como totalidade.

Cada participante do grupo traz consigo experiências muito distintas em seu desenvolvimento. Para Ezriel, Anzieu e tantos outros, era assim evidente a dificuldade de serem utilizadas as interpretações que reconstruíssem a gênese da formação dos sintomas individuais tal como as frequentemente usadas na clínica individual. A saída de se restringir ao aqui e agora do grupo formou escola e constitui um viés importante até hoje.

Abandonar a reconstrução genética das origens individuais de um sintoma não é de modo algum eliminar a diferença temporal sempre contida em uma interpretação. Ao incidir sobre a transferência, a interpretação sempre alcançara algo do não apropriado no psiquismo que remete a vivências em um outro tempo, um tempo fora do grupo. As vivências históricas de cada participante do grupo são sempre diferentes, mas atualizam no aqui e agora do grupo aspectos psíquicos semelhantes (relacionados a vivências diversas), passíveis de interpretação.

Sobre a segunda regra de Ezriel, a saber, de que a interpretação deva ser dirigida ao grupo como totalidade, notamos como ela se apoia sobre a visão de Foulkes do grupo como mais do que a soma de seus membros. É importante salientar, como o faz Anzieu, que essa regra não interdita a abordagem de um sujeito individual, relacionando-o, todavia, sempre ao grupo:

[...] quando o problema particular de um paciente do grupo gera problemas especiais ao grupo, convém ou utilizar o problema particular de um indivíduo para lançar luz ao problema coletivo atual ou utilizar um fenômeno da dinâmica do grupo para fazer compreender algo de essencial a um indivíduo em seu conflito defensivo. (ANZIEU, 1972, p. 152. Nossa tradução)

Parece-nos que quando esse raciocínio encontra as reflexões de Béjarano (1973) sobre o líder e o bode expiatório, permite a formulação abaixo:

A interpretação correta e eficaz, no caso da *liderança* e do bode expiatório, *comporta duas faces, uma que se dirige ao membro individual em questão, a outra que visa o resto do grupo em sua relação com esse membro.* (ANZIEU, 1972, p.154, grifo do autor. Nossa tradução)

Vemos como, ainda na perspectiva de Ezriel a Anzieu, há sim espaço para interpretações individuais, porém sempre acompanhadas de intervenções que avancem sobre o sentido e a função grupal desse membro individual. Encontramos um desenvolvimento dessa preocupação com o nível singular no argentino Marcos Bernard. Ao se perguntar a quem a interpretação do coordenador deve se dirigir, ele responde:

A todo integrante do grupo, se coincidem nos papéis complementares que determinam a dramática de uma fantasia primária. A algum ou alguns entre eles, se a fantasia posta em ato é de tal grau de complexidade que não ressoa em todos. (BERNARD, 2006, p. 74. Nossa tradução)

Vemos nessa passagem a possibilidade de a interpretação não se dirigir a todos do grupo. Mas, de todo modo, ainda que como espectadores, todos se incluem:

Em todos os casos se interpreta no aqui-agora da situação: a cena não deixa de ser grupal. Quando a interpretação se dirige a um dos participantes, se refere ao que faz com os demais e ao impacto que neles produz a situação. (BERNARD, 2006, p. 74. Nossa tradução)

Ao comentar o que importa na interpretação, Bernard enfatizará: “[...] *a possibilidade de analisar o conflito implícito na cena dramatizada* e a participação dos integrantes em sua realização” (BERNARD, 2006, p. 75, grifo do autor. Nossa tradução).

Trata-se portanto de, por meio da palavra do analista, ajudar o grupo a colocar em palavras e pensar sobre o que se dramatiza em conjunto (fantasia partilhada) e sobre o modo pelo qual cada um se insere nessa construção coletiva. Podemos ver aqui ecos do que Pichon-Rivière denominava da dimensão vertical (individual) que deveria sempre ser incluída na interpretação, e mesmo do que, segundo Anzieu, a perspectiva fouklesiana propunha apontar do papel de cada um nas fantasias partilhadas em grupo. Ainda assim, cremos que as palavras de Marcos Bernard apontam para um movimento, fortemente vivido na Argentina e na França, de buscar construir um modelo de grupo e de intervenção em grupo que conceba a pluralidade coexistente de significados portados pela pluralidade de sujeitos em um grupo e em cada um no grupo.

Sem dúvida, a segunda regra de Ezriel e seus desdobramentos constituem uma importante ruptura histórica e avanço em relação à perspectiva interpretativa, originada nos Estados Unidos, de interpretação do indivíduo no grupo (cf. KAËS, 2002). Entretanto, mais recentemente (e o conjunto da obra de Kaës contribui para isso de modo especial), o ditame de dirigir todas as interpretações ao grupo como totalidade tem sido questionado. Reconhece-se, por um lado, a importância dos vínculos e dinâmicas dentro do grupo e de seus subgrupos e a necessidade de intervir sobre eles, e não só sobre o grupo como totalidade, e, por outro lado, preocupa-se com os efeitos

homogenizantes de uma visão de grupo e uma técnica pautadas somente sobre o grupo como totalidade.

Jasiner (2007/2008) irá pensar em termos de globalização para poder sustentar a importância de um lugar ao diverso e ao diferente dentro do grupo. Trata-se de um argumento aparentado ao de Figueiredo (2003), para quem a psicanálise deve pautar-se por uma ética da diferença em épocas de globalização, e para quem o problema do sentido se coloca hoje pela vertente da carência da polissemia. Condizente com isso, o trabalho com grupo, tanto na Argentina quanto na França, tem se preocupado de modo crescente com a possibilidade de multiplicar sentidos e significados, e de operar interpretações porosas, frente às quais cada membro do grupo possa se apropriar de seu modo, construindo um terreno mais fértil para a singularização.

A concepção de sujeito de René Kaës (cf. 2007) desenvolve a noção freudiana do apoio (*étayage*) do psiquismo singular sobre a intersubjetividade. Apoio que em Kaës não está restrito a um momento de vida passado, mas que sob várias formas se atualiza e se produz nos grupos. Nesse sentido, os processos intersubjetivos que emergem no grupo são tanto necessários quanto obstáculos ao processo de singularização dos membros do grupo. Por isso, a interpretação dos espaços psíquicos comuns e partilhados é uma das várias demandas ao processo de singularização dos sujeitos no grupo. Se a interpretação sempre dirigida ao grupo como totalidade pode comprometer o lugar singular do sujeito no grupo, sua recusa sistemática recairia sobre uma fantasia monádica do indivíduo solapando aquilo que no terreno da intersubjetividade nos constitui e nos renova.

B) Manejos

Ao falarmos do trabalho com grupos, tal como o encontramos nas diversas instituições onde ele prospera atualmente, salta aos olhos o uso de jogos grupais, dramatizações, pinturas e outros tantos objetos mediadores variados. Neste texto, propomos um entendimento da utilização deles referido à teoria psicanalítica por meio da categoria de manejo.

O termo manejo é bastante amplo. Ele engloba todas as modificações feitas à *cura-tipo*, ou seja, ao dispositivo analítico tal como originalmente proposto por Freud. Portanto, o próprio grupo enquanto dispositivo psicanalítico é produto de um manejo implicado nas complexas e inerentes relações entre teoria e potencial clínico. Neste texto, nosso foco será pensar como manejo a proposição e a utilização de objetos mediadores variados em grupos.

1) A proposição de uma tarefa explícita como manejo

Iniciemos nosso percurso pensando a *proposição* de que um grupo faça algo diferente do que falar o mais livremente possível. Notemos que, espelhando a cura-tipo, o pensamento psicanalítico sobre os grupos propôs um grupo cujos participantes são convidados a falar o mais livremente possível (especialmente claro em FOULKES e ANTHONY, 1965). Se essa posição ainda é muito forte na Europa, ela contrasta com a posição iniciada por Pichon-Rivière na América Latina e consubstanciada na noção de *tarefa explícita*. Ao comunicar uma *tarefa explícita* a um grupo, pode-se pedir que os participantes discutam um tema, joguem, modelem argila etc. Sublinhemos que a noção de tarefa em Pichon-Rivière possui múltiplos níveis, mas o que nos interessa neste texto, é pensar a comunicação de uma tarefa (tarefa explícita) a um grupo como um recurso técnico da ordem do manejo.

Como dissemos, a proposição de tarefas não faz parte da cura-tipo, mas isso não significa que essa estratégia esteja totalmente ausente da história e do pensamento psicanalítico. Pelo contrário, notemos que ela faz sua estreia bastante cedo pelas mãos de Ferenczi. Por meio do que denominou de *técnica ativa*, Ferenczi poderia pedir a um paciente que realizasse alguma atividade em análise. Vejamos o exemplo abaixo:

[...] pedi à paciente que realizasse as ações que suscitavam nela mais angústia. [...] Tocou ao piano para mim uma peça difícil que tinha executado num exame; apurou-se pouco depois, na análise, que o seu temor do ridículo ao tocar piano estava ligado à fantasia de masturbação e à vergonha que a ela se associava [...] (FERENCZI, 1921/1993, p. 114.)

Sugerimos que a proposição de uma *tarefa explícita* para um grupo possa ser compreendida como um sucedâneo da técnica ativa ferencziana. Se o trabalho realizado desse modo pode ou não ser chamado de psicanalítico nos parece uma questão secundária, conquanto esteja claro que possamos pensá-lo amparados na tradição psicanalítica.

Tomada psicanaliticamente, a formulação exata da tarefa explícita merece especial e cuidadosa atenção do coordenador de grupo a cada nova proposição. Isso, tanto no caso de se tratar de uma tarefa geral para uma sequência de encontros como no caso de uma tarefa específica, que pode ser utilizada em um único encontro ou parte dele, equivalendo ao que Afonso (2006/2013) denominou *tema-gerador*. Conquanto esse seja um tema que exija mais pesquisas de nossa parte, é certo que nossa experiência, apoiada na literatura, já permite sublinhar alguns pontos importantes que abordaremos a seguir.

Em seu estudo sobre a questão do narcisismo nos grupos operativos de aprendizagem, Maria Inês Fernandes (1989) afirma um papel facilitador da técnica operativa no trabalho com o narcisismo especificando que: “Este papel facilitador em direção à relação objetual, seria realizado pelo ‘desvio’ em direção a tarefa. Com este ‘desvio’, a angústia em ser negado, destruído e eventualmente invadido (ansiedade de intrusão) pelo outro seria controlada [...]” (p. 134).

Se, do ponto de vista do par narcisismo/alteridade, a tarefa aparece como um “desvio” útil ao trabalho, é porque ao mesmo tempo em que oferece uma função paraexcitatória (controle de ansiedades) permite a retomada e abordagem das questões objetais e narcísicas na relação com a tarefa. Se, como diz Fernandes, no grupo operativo de aprendizagem “[...] se promove o encontro (e desencontro) do Eu com o Outro, em função da tarefa” (p. 133), entendemos que a tarefa explícita assume uma posição de mediação no vínculo entre os participantes do grupo. Ao operarmos com o conceito de grupos internos (seja em sua acepção pichoniana ou kaësiana), ao impacto sobre os vínculos entre os membros do grupo correspondem impactos sobre esses grupos internos, de modo que a tarefa teria, também, uma função de intermediação intrapsíquica. Aproximamo-nos do conceito de intermediário (KAËS, 2005) e mais particularmente das funções das mediações estudadas por Vacheret (2000, 2002, 2008), Chouvier (2004) e outros. Entendemos, portanto, a própria proposição de uma tarefa como a oferta de uma modalidade de objeto mediador em um grupo. Nesse sentido, a tarefa explícita aproxima-se de objetos como fotos, desenhos, músicas, histórias contadas em grupo etc. Além disso, ela sempre os acompanha, já que a utilização desse recurso pressupõe sempre a proposição de uma instrução.

Não estranhemos então encontrar na reflexão sobre um aspecto da instrução dada nos grupos de Fotolinguagem©, material fecundo para pensar a formulação de tarefas explícitas para qualquer grupo. A Fotolinguagem© é uma técnica de grupo pensada psicanaliticamente por Claudine Vacheret (2000, 2004, 2008) na qual os participantes do grupo escolhem fotos a partir de uma pergunta para em um segundo momento apresentarem e conversarem sobre o que veem de igual e diferente nas fotos uns dos outros. Sobre a formulação dessa questão, Vacheret sublinha a

importância de os animadores escolherem “[...] as palavras que lhe pareçam as menos violentas, e que ao mesmo tempo suscitem a implicação de cada um” (VACHERET, 2000, p. 20. Nossa tradução). Giuliani e Molho (2000) afirmam que essa questão “[...] terá ao mesmo tempo uma função organizadora de excitação, de paraexcitação e de vínculo nas sessões e de uma sessão a outra” (p. 71-72. Nossa tradução). Elas evocam a *rêverie* bioniana da equipe coordenadora na preparação das questões. Por fim, sublinham o cuidado com a dimensão excitatória da questão e seu efeito potencialmente traumático.

Vemos essas considerações como muito úteis à formulação de qualquer tarefa explícita. A formulação da tarefa explícita deve promover o engajamento na atividade ao mesmo tempo em que deve buscar evitar excessos de excitação que não possam ser contidos e trabalhados no dispositivo. Desse modo, a formulação de tarefas explícitas torna-se um poderoso recurso de manejo do ponto de vista da regulação econômica e dinâmica do grupo. Ela deve ser pensada sempre em função do momento vivido no grupo (confiança e intensidade afetiva, por exemplo), bem como sobre as outras características do enquadre, em especial com relação ao tempo de sessão disponível, à frequência dos encontros e à duração do grupo.

Notamos que a preocupação com o engajamento dos membros do grupo está também presente no termo *tema-gerador*, proposto por Afonso (2006/2013). Afonso inspirou-se nas *palavras-geradoras* de Paulo Freire indicando o propósito de utilizarmos o universo linguístico do cotidiano do participante do grupo com vistas a promover seu engajamento. Por fim, sublinhamos que tanto a preocupação com a promoção do engajamento quanto da função paraexcitatória da tarefa explícita estão presentes no entendimento de que a tarefa explícita de um grupo seja sempre pertinente à tarefa primária da instituição na qual ele está inserido (CASTANHO, 2012).

Para que possa promover engajamento e possibilitar trabalho psíquico, a formulação de uma tarefa explícita subentende uma ou mais hipóteses interpretativas sobre o que se passa no grupo, e de fato sua formulação nos aproxima de considerações sobre a formulação das interpretações. Isso indica como manejos e interpretações (considerando-se os pseudoparâmetros) se aproximam em alguns pontos; porém, ao menos nesse caso, vale salientar que não coincidem, afinal, a função e a posição da proposição de uma tarefa explícita a um grupo conferem-lhe uma lógica técnica e efeitos no processo grupal distintos dos efeitos de uma interpretação em um grupo psicanalítico conduzido em espelho à regra da livre associação.

Apesar de a chave pichoniana da *tarefa explícita* ter nos servido até o momento para pensarmos questões gerais do que se pode pedir a um grupo que faça, algumas distinções no modo de trabalho subsequente são necessárias. Sublinhamos que o dispositivo que se tornou claramente configurado na escola pichoniana, ou seja, o grupo operativo de aprendizado, desenha-se como um grupo de trocas verbais a partir de um tema proposto (ou subentendido) (TUBERT-OKLANDER; TUBERT, 2004; cf. DELAROSSA, 1979 para relação com os “grupos de reflexão”). O analista frente a esse grupo opera essencialmente, quando necessário, por meio de interpretações na e sobre a transferência com a tarefa (CASTANHO, 2012).

2) O manejo na condução de grupos com objetos mediadores

Autores que temos como referências importantes (em especial VACHERET, 2000; KAËS, 2005 e AIELLO-VAISBERG, 2004) conceituam, ainda que diferentemente entre si, a atuação dos coordenadores nesses grupos interditando-lhes a intervenção de tipo interpretativo. Concebe-se que a presença implicada desses profissionais continuará se dando através de manejos. Na linhagem francesa, isso significa participar da atividade proposta e zelar pelo enquadre. Assim, se o grupo é convocado a pintar e trocar impressões sobre suas pinturas, também o coordenador pintará e trocará

impressões sobre as pinturas. O coordenador segue sua função como guardião do enquadre, assegurando os tempos e procedimentos da atividade planejada, mas ao mesmo tempo participa delas.

Mas qual seria a premissa metapsicológica para deixar de lado, ainda que provisoriamente, o trabalho interpretativo? Retomemos as palavras de Ferenczi sobre sua técnica ativa:

Também pode acontecer que certos conteúdos psíquicos inconscientemente patogênicos, datando da primeira infância, que nunca foram conscientes (ou pré-conscientes), mas provêm do período dos “gestos incoordenados” ou dos “gestos mágicos”, portanto, da época anterior à compreensão verbal, não possam ser rememorados mas somente *revividos* no sentido da repetição freudiana. (FERENCZI, 1921/1993, p. 125, grifo do autor)

O debate psicanalítico posterior contemplará tanto problemáticas na constituição do Eu como a existência de registros psíquicos fora do campo das representações de palavras e de coisas como justificativas para os manejos (cf. CASTANHO, 2012 para alguns destaques nesse percurso). Intervenções como a “contribuição figurativa” (Piera Aulagner), o *holding*, *handling*, *placement* e *object presenting* (de referência winnicottiana), entre outras, são exemplos de manejos que atuam nos registros simbólicos precários e que encontram seu campo de utilização não só em pacientes do espectro psicótico, mas em certas áreas psíquicas de pacientes limítrofes e também do espectro da neurose. Assim, a utilização de objetos mediadores em grupo, tal como apresentada nesta seção, poderia ser indicada não só para grupos que reúnam pacientes com psicopatologias nas quais a constituição do Eu e aspectos pouco ou não representados no sistema psíquico sejam o pilar do sofrimento, mas também para momentos da vida grupal nos quais a dificuldade nos primeiros gradientes do processo de simbolização sejam fonte significativa de sofrimento.

3) O uso de objetos como equivalente à associação livre

Mas o intento de atingir aquilo que escapa ao funcionamento dos processos primário e secundário seria a única justificativa para o uso de mediações? Cremos que não; afinal, mesmo no campo do atendimento psicanalítico individual encontramos outros entendimentos e justificativas para a inserção de objetos no dispositivo.

Ao comentar sobre sua técnica com a brincadeira infantil, Klein dirá: “Esta abordagem corresponde ao princípio fundamental da psicanálise – a livre associação” (KLEIN, 1984a, p. 123. Nossa tradução). Diferentemente do que vimos discutindo na seção anterior, aqui se trata de pensar que, por meio da brincadeira, é possível trabalhar nos mesmos registros psíquicos trabalhados pela associação livre verbalmente realizada. É verdade, por outro lado, que Klein sublinhará a brincadeira como “[...] uma linguagem simbólica da brincadeira que eu reconheço ser uma parte essencial do modo de expressão da criança” (KLEIN, 1984b, p. 137. Nossa tradução). Seguindo essa linha, a inserção da brincadeira, pensada como manejo, não se dá em função de uma reflexão sobre aquilo que não encontrou registro psíquico no processo secundário, mas sobre um modo de expressão, superando dificuldades de comunicação e engajando a criança no processo analítico.

Também no trabalho com grupos pensamos que muitas vezes a inserção de objetos mediadores e a proposição de atividades possam ser entendidas como *equivalentes* das atividades

verbais e justificadas por superar dificuldades de comunicação e promover engajamento no processo. Curiosamente, ao nos debruçarmos sobre a prática de grupos na atualidade, constatamos que esses recursos são usados frequentemente também com adultos. Uma pista importante para pensarmos esse tipo de indicação, que chamaríamos de estratégica, aponta para as situações nas quais membros do grupo convivem fora do grupo. Nesses casos, é bastante frequente que a explicitação de problemas vividos e a exposição de si próprio no grupo possam causar algum problema. Isso é particularmente verdadeiro entre colegas de trabalho, entre pessoas submetidas a relações hierárquicas entre si ou ainda em ambientes nos quais haja formas de censura muito intensas (como em ditaduras de Estado, em prisões, ambientes dominados pelo crime organizado etc.). Esses são exemplos de casos nos quais a inserção de objetos e atividades podem fornecer significantes substitutivos, de modo que possa ocorrer algum grau de trabalho psíquico protegendo-se os participantes. Ao mesmo tempo, e por isso mesmo, existe o risco contratransferencial de propor tais atividades como forma de convivência com pactos de segredo e dificuldades diversas que poderiam e deveriam ser questionadas.

Por fim, há de se considerar, de um ponto de vista estratégico e psicodinâmico, a “cultura institucional” do ambiente no qual o grupo ocorrerá. Por vezes, o uso de objetos é o único modo viável para que se inicie um trabalho; outras vezes, trata-se do contrário.

No que pesem a variedade de formas de atuação e as muitas dúvidas sobre as especificidades do manejo nos grupos, parece-nos valioso salientar que toda atividade proposta é um meio para o trabalho psíquico e que aquilo que ela desperta nos membros, inclusive resistência e recusa de participação, é parte importante do processo grupal que deve ser acolhida e pensada. O trabalho psíquico pressupõe justamente oposição de forças que pode assumir as mais variadas formas. Obviamente, um analista que propõe uma atividade a um grupo pouco se interessa em seu resultado objetivo e frequentemente verifica muito mais proveito em atividades não realizadas como esperado. Na medida em que o processo psíquico recrutado pela atividade é o que nos interessa, cabe nos resguardarmos de um afã produtivista que tão frequentemente assola esses grupos no terreno da prática cotidiana. Graciela Jasiner (2008) sublinhou com extrema procedência o papel fundamental do coordenador de grupo de “inserir uma demora” no processo. Recurso fundamental do manejo psicanalítico de grupos em qualquer modalidade.

Referências

AFONSO, M. L. M. (org.) (2006). **Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J. **Ser e fazer: enquadres diferenciados na clínica Winnicottiana**. Aparecida: Idéias e Letras, 2004.

ANZIEU, D. Le moniteur et la fonction interprétant. In: ANZIEU, D. et al. **Le travail Psychanalytique dans les groupes I**. Paris: Dunod, 1972. p. 141-216.

_____. (1970). Éléments d’une théorie de l’interprétation. In: ANZIEU, D. **Le travail de l’inconscient**. Paris: Dunod, 2009

- BÉJARANO, A. Résistance et transfert dans les groupes. In: ANZIEU, D. et al. **Le travail psychanalytique dans les groupes**. Paris: Dunod, 1973.
- BERNARD, M. **El trabajo psicoanalítico con pequeños grupos**. Buenos Aires: Lugar, 2006.
- CASTANHO, P. **Um modelo psicanalítico para pensar e fazer grupos em instituições**. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2012.
- CHOUVIER, B. (org.). **Les processus psychiques de la médiation**. Paris: Dunod, 2004.
- DELAROSSA, A. **Grupos de Reflexión**. Buenos Aires: Paidós, 1979.
- DONNET, J-L. **La situation analysante**. Paris: PUF, 2005.
- EISSELER, K, R. Remarks on some variations in Psycho-analytical technique. **International Journal of Psycho-Analysis**. V. 39, p. 222-229, 1958.
- FERENCZI, S. (1921) Prolongamentos da técnica ativa em psicanálise. In: **Psicanálise III**. São Paulo: Martins Fontes, 1993 [Sandór Ferenczi Obras Completas volume 3].
- FERNANDES, M. I. A. **De como emerge a questão do narcisismo e da alteridade no grupo operativo**. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1989.
- FIGUEIREDO, L.C. **Psicanálise: elementos para uma clínica contemporânea**. São Paulo: Escuta, 2003
- _____. Presença, implicação e reserva. In: FIGUEIREDO, L. C.; COELHO JUNIOR, N. **Ética e técnica em psicanálise**. 2ª. Ed. São Paulo: Escuta, 2008a.
- _____. Novas considerações sobre implicação e reserva. In: FIGUEIREDO, L. C.; COELHO JUNIOR, N. **Ética e técnica em psicanálise**. 2ª. Ed. [ampliada], São Paulo: Escuta, 2008b. p.107-122.
- _____. **As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea**, São Paulo: Escuta, 2009.
- _____. **Cuidado, saúde e cultura: trabalho psíquico e criatividade na situação analisante**. São Paulo: Escuta, 2014.
- FOULKES, S. H.; ANTHONY, E. J. (1957). **Group Psychotherapy: The psychoanalytic approach**. 2nd ed. Harmondsworth: Penguin Books, 1965, 281 p.
- FREUD, S. (1921). **Massenpsychologie und Ich-Analyse**. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1999.

GIULIANI, S.; MOLHO, M. À propos de la question posée. In: VACHERET, C. (org.). **Photo, Groupe et soin Psychique**. Lyon: PUL, 2000.

JASINER, G (2007). **Coordinando Grupos: Una lógica para los pequeños grupos**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2008

KAËS, R. **La parole et le lien: Processus associatifs dans les groupes**. Paris: Dunod, 1994. 370 p.

_____. **Les Théories Psychanalytiques du Groupe**. 2e éd. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, 128 p.

_____. **Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

_____. **Un Singulier Pluriel: La psychanalyse à l'épreuve du groupe**. Paris: Dunod, 2007.

KLEIN, M. **Envy and Gratitude and Other Works 1946-1963**. (*The Writings of Melanie Kleni; v. 3*). New York: The Free Press, 1984a.

_____. **The Psychoanalysis of Children**. (*The Writings of Melanie Kleni; v. 3*). New York: The Free Press, 1984b.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. (1967). **Vocabulário de psicanálise**. 9ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PICHON-RIVIÈRE, E. (1985). **El Proceso Grupal: Del psicoanálisis a la psicología social (1)**. 2ª. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007.

TUBERT-OKLANDER, J.; TUBERT, R. H. **Operative Groups**. The Latin-American Approach to Group Analysis. London: Jessica Kingsley Publishers, 2004.

VACHERET, C. (org) **Photo, Groupe et soin Psychique**. Lyon: PUL, 2000

_____. (org.). **Pratiquer les médiations en groupes thérapeutiques**. Paris: Dunod, 2002.

_____. **A Fotolinguagem©: um método grupal com perspectiva terapêutica ou formativa**. São Paulo. **Psicologia. Teoria e Prática**, v. 10, 2008.